

**O PROCESSO DE GOVERNANÇA NA ELABORAÇÃO DO DOSSIÊ DO PROJETO
GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL, A PARTIR DO CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL.**

Msc. Izabel Regina de Souza
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

RESUMO

Objetivo desse trabalho é descrever o processo de Governança na elaboração do Projeto Geoparque Caminho dos Cânions do Sul, na perspectiva de compreender como os agentes envolvidos foram tomando seus lugares e colaborando em cada parte do processo de elaboração do dossiê, que foi enviado ao comitê de avaliadores do Geoparque Mundial da UNESCO. O projeto apresenta um novo olhar frente à utilização, valorização e divulgação do território, o qual possibilita o desenvolvimento do geoturismo, que se relaciona com o desenvolvimento sociocultural, econômico e ambiental da região, além de fomentar a conservação do patrimônio natural, promoção e divulgação de pesquisas, educação com olhar para a sustentabilidade, valorização do patrimônio cultural, geração de emprego, bem como propiciar maior visibilidade no contexto nacional e internacional. De maneira geral o projeto propõe a sensibilização da sociedade para o reconhecimento e valorização da importância da conservação da natureza e da cultura, tornando o turismo ou o geoturismo um catalizador de mudanças positivas na região. Metodologicamente este trabalho se classifica como descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. A coleta de dados se deu por meio de entrevista com participantes do consórcio intermunicipal Geoparque Caminho dos Cânions do Sul, instituição responsável pela gestão dos processos de viabilização do pedido de avaliação do território para torna-se um Geoparque de fato.

INTRODUÇÃO

Geoparques (geoparques – em inglês) são territórios povoados, com limites determinados, onde as estratégias de proteção e promoção do geopatrimônio estão relacionadas com desenvolvimento local sustentável, coordenados pelas autoridades locais (ZOUROS, 2012). O conceito de geoparque surgiu em meados de 1990 como uma resposta à necessidade de preservação e proteção do patrimônio da terra, suas paisagens e formação geológica. Diante disso, ao final dos anos 1990, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) por meio da Divisão de Ciências da Terra, criou o Programa Geoparques em resposta ao movimento que emergia naquele momento (RUCHKYS, 2009). Porém a oficialização do programa UNESCO *Global Geoparks* (Geoparques Globais ou Mundiais) em 2015 reforçou o reconhecimento internacional das instituições e das comunidades sobre a importância da proteção e conservação da terra para o bem-estar da sociedade (BRILHA, 2016).

O Projeto Geoparque do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), importante indutor na criação de geoparques no Brasil, publicou em 2012 uma lista significativa de pedidos de propostas de geoparques brasileiros. Entre eles a solicitação do Geoparque Caminho dos Cânions do Sul. A beleza cênica e a geodiversidade encontrada nos municípios do extremo sul

catarinense motivaram a elaboração de um pedido de avaliação para obtenção do selo de Geoparque. Localizado no Sul do Brasil, com a abrangência de sete municípios, sendo quatro do estado de Santa Catarina: Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande; e três do estado do Rio Grande do Sul: Cambará do Sul, Mampituba e Torres. Este projeto teve a gestão e governança de um consórcio, intitulado Consórcio Intermunicipal Geoparque Caminho dos Cânions do Sul. Este trabalho buscou então compreender como ocorreu o processo da Governança na elaboração do dossiê do Projeto Caminho dos Cânions do Sul? Quais os maiores desafios que a governança desse projeto precisaram avançar para atender as exigências para se tornar um Geoparque aspirante e posteriormente receber o selo de reconhecimento de Geoparque.

CONCEITO DE GEOPARQUE DA UNESCO

Segundo a UNESCO (2006) um Geoparque é “um território de limites bem definidos, com uma área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento socioeconômico local”. Esta área deve abranger um determinado número de sítios geológicos relevantes ou um mosaico de aspectos geológicos de especial importância científica, belezas raras, que seja representativo de uma região e da sua história geológica, eventos e processos. Além do significado geológico, deve também possuir outros significados, ligados à ecologia, arqueologia, história e cultura. É possível interpretar Geoparque como um selo de qualidade atribuído pela *Global Geopark Network* (GGN)/UNESCO), a territórios que apresentam tais características. São territórios que promovem seu patrimônio geológico para o público, com ações educativas de proteção a geodiversidade por meio de políticas de geoconservação e proporcionam oportunidade para o desenvolvimento socioeconômico de maneira sustentável e com iniciativas para geoturismo. (SUNG et al, 2019).

O selo Geoparque e a participação na Rede Mundial de Geoparques são atribuídos pela UNESCO a áreas onde o patrimônio geológico é parte de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável.

O conceito está relacionado com o fornecimento de informações, educação, turismo e a pesquisa geocientífica. São áreas em que se conjuga a geoconservação e o desenvolvimento econômico sustentável das populações que a habitam, e se procura estimular a criação de

atividades econômicas suportadas na geodiversidade da região, com o envolvimento empenhado das comunidades locais. Desta forma sua criação pode constituir um importante instrumento na concretização do desenvolvimento sustentável (BRILHA 2005).

Para Moreira (2008) o principal objetivo da criação da Rede Geoparque foi motivar o desenvolvimento territorial sustentável com base nas áreas protegidas e com patrimônio geológico no intuito de construir uma estrutura europeia forte e apta a ajudar os membros em suas atividades e motivar a criação de novos Geoparques e assim desenvolver o Geoturismo em nível europeu. Portanto, baseando-se na Rede Europeia de Geoparques, a UNESCO criou em 2004 a Rede Mundial de Geoparques, em parceria com a União Internacional de Ciências Geológicas. A Rede conta atualmente com 177 Geoparques em 46 países no mundo.

O termo governança surgiu a partir de análises feitas pelo Banco Mundial, baseadas em aprofundar os estudos às conjunturas que asseguram um estado eficiente. (Diniz, 1995, p. 400). Baseado nestas análises, em 1992 o Banco Mundial, em seu documento *Governance and Development*, definiu que governança pode ser conceituada da seguinte maneira: “é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções” (GONÇALVEZ, 2005). Entretanto para Rosenau (2000) o termo governança é amplamente maior do que diz respeito apenas ao governo. Para o mesmo autor, no termo governança está intrínseco às instituições governamentais, mas desrespeita também aos instrumentos informais, logo que sejam de caráter não-governamental, que fazem com que os indivíduos e ‘as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”

Muitos são os conceitos defendidos sobre o que é governança, porém para que se possa conduzir melhor este assunto precisamos analisar a governança de uma forma mais genérica a fim de analisar as funções básicas para que se governe com eficiência. (PERTERS, Brainard 2013).

Para Peters o significado principal da palavra governança é coordenar a economia e a sociedade planejando metas comuns para ambos e para que isto seja realizado se faz necessário, identificar meios para que estas metas sejam estabelecidas e alcançadas. Quando falamos em metas, precisamos priorizar que estas sejam a favor de um bem coletivo, ou seja,

que estas metas devem atingir de forma eficaz o maior número de envolvidos no que diz respeito para o público que é governado.

Diante dos conceitos apresentados acima podemos identificar alguns tipos de governança aplicada a outro âmbito que não somente o do poder público.

Governança Corporativa, Pública e interativa

Pelo seu caráter genérico, a palavra governança tem sido usada em diversas áreas do conhecimento, estando mais presente nas áreas da política, bem como nas organizações públicas e privadas. No campo organizacional, a governança pode se estruturar tanto numa perspectiva intraorganizacional como em uma perspectiva interorganizacional (BRAND e FACIN, 2015). Na perspectiva intraorganizacional, tem-se um tipo de governança denominado governança corporativa. Para Brand e Facin (2015) a governança corporativa é uma instância organizacional que influencia, orienta e estabelece normas de controle à gestão organizacional de forma tácita, e permite o alcance dos objetivos e ligados os interesses dos diversos stakeholders (BRAND e FACIN, 2015; IBGC, 2016).

Já na perspectiva interorganizacional, o tema tem uma relação de pesquisa com governança em redes. A governança em redes se apresenta como um dos mecanismos indispensáveis, à medida em que existe um cenário complexo de tarefas e de busca pela integração entre parceiros (JONES, HESTERLY e BORGATTI, 1997).

O conceito de governança é formado por uma diversidade de pontos de vistas teóricos nos estudos interorganizacionais. Segundo Provan e Kenis (2008), a governança compreende a postulação de regras para ajudar a tomada de decisão, envolvendo o estabelecimento de regras de controle, incentivos e sanções que poderão ser aplicadas aos membros da rede. Já para Brand e Faccin (2015), a governança engloba as articulações entre os participantes da rede que se interrelacionam por meio de relacionamentos permeados por regras, critérios, normas, responsabilidades, limites de autonomia e de ação, além da partilha de conhecimentos (SOUZA, et al., 2019)

Para Hallqvist (2000) o objetivo da governança corporativa é proporcionar tratamento justo a todos os sócios, quotistas e acionistas, ao que desrespeita a transparência das operações realizadas dentro da organização. E é a partir desta transparência que os stakeholders,

podem analisar e avaliar, quais são as melhores medidas a serem adotadas dentro das organizações para que estas operem de forma eficiente e de acordo com seus objetivos (SOUZA, et al., 2007).

Já a governança pública está diretamente ligada a necessidade de apresentar claramente o papel de cada executor dentro de um governo, ao papel está intrínseco o objetivo daquilo que está sendo executado, bem como quais são suas responsabilidades e em que âmbito este atua. Faz-se importante também delimitar em que âmbito o agente atua; se para ao que desrespeita a nação, o estado ou ao município. Matias-Pereira (2010). ainda nesta linha Peters (1997; apud Levi-Faur, 2012), indica que a governança auxilia na análise da capacidade, que os grupos responsáveis por seus setores, têm de desenvolver o papel a eles incumbido, de forma eficiente. Eficiente ao que desrespeito a tomada de decisões perante a conflitos que possam existir. E que essa decisão seja em prol do coletivo.

E por fim, a governança interativa reconhece a necessidade de incluir atores da sociedade na procura de instrumentos, que atuem na melhora das decisões que envolvem o coletivo e o aumento da legitimidade democrática. Desta forma é possível mesclar ideias e diretrizes a fim de criar pluralidade acerca da tomada de decisões. FREY, 2004)

Considerando que os conceitos teóricos de governança são multifacetados (Hirst, 2000; Rhodes, 2000), não há dúvida que a mudança substancial dos conceitos tradicionais. Baseados no princípio da autoridade estatal, para abordagens de governança, e reforçando as tendências da gestão compartilhada e interinstitucional que envolve tanto o setor público, o setor produtivo e o terceiro setor, a criação de redes e as parcerias público-privado são necessárias. “Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente”(STOKER, 2000, p. 93).

Quando executamos a governança interativa, temos uma administração com mais diversidade e com possibilidade de atender as mais diversas formas de demandas. Pois o ato de misturar atores e ideias de todas as vertentes resulta no maior alcance democrático (KOOIMAN, 2002).

METODOLOGIA

Tendo em vista a problemática investigada e o nível de aprofundamento, utilizou-se neste trabalho a pesquisa do tipo descritivo e exploratória, com abordagem qualitativa, uma vez que esta é particularmente realizada quando o tema a ser pesquisado não dispõe de muitos estudos na área.

A pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Essas pesquisas podem ainda ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007). Já a pesquisa descritiva segundo Vergara (2000) expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação."

A coleta de dados se deu por entrevista semiestrutura, realizada com duas representantes da organização denominada de Consórcio Intermunicipal Geoparque Caminho dos Cânions do Sul. Vale dizer que as entrevistadas, fazem parte da estrutura organizacional do consórcio desde sua formação. O que demonstra conhecimento das etapas de todo o processo de construção e deliberação do documento considerado de extrema importância para o reconhecimento do território em estudo, como um Geoparque. A entrevista ocorreu via *Google meet*, e durou 70 minutos em média. Após a entrevista, foi realizada a transcrição da mesma, para possibilitar a análise do discurso para remeter ao trabalho. Outra forma de coleta de dados, se deu pelos documentos extraídos do no site Geoparque Caminho dos Cânions do Sul, como: regimento interno e estatuto do consórcio. E pelo site da UNESCO

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E RESULTADOS

O processo de criação de um Geoparque depende de tempo e de pessoas comprometidas e se consolida ao longo do tempo. O projeto Geoparque Caminho dos Cânions do Sul, pode ser compreendido em fases importantes e distintas. Segundo Sung et al., (2019) as fases são:

- i. 2007 a 2010, com seis municípios, 3.158 km² e estimativa de 28.573 habitantes (três catarinenses - Praia Grande, Santa Rosa do Sul e São João do Sul/SC e Cambará do Sul, São José dos Ausentes e Mampituba/RS).
- ii. 2011 a 2014, com dezenove municípios, 5.750 km² e estimativa de 251.680 habitantes (Passo de Torres, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Araranguá, Maracajá, Ermo, Timbé do Sul, Jacinto Machado, Morro Grande, Sombrio, Turvo e Meleiro/SC e Torres no RS).
- iii. 2015 a 2016, com sete municípios, 2.830 km² e estimativa de 73.867 habitantes;
- iv. a partir de 2017, quando a gestão do projeto passa a ser assumida por um Consórcio Intermunicipal, criado com o propósito amplo de promover o desenvolvimento sustentável do território (Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande/SC e Cambará do Sul, Mampituba e Torres/RS).

Este trabalho se debruça a partir das ações assumidas pelo Consórcio Intermunicipal, que aconteceu em 2007. Para entender como a governança interna desta organização se consolida e como se constitui para formatar o documento que foi enviado para a UNESCO para avaliação e obtenção do reconhecimento do território como Geoparque, foi realizada uma entrevista via *Google meet*, no dia 05 de março de 2021 com as integrantes do Consórcio Intermunicipal do Geoparque Caminho dos Cânions do Sul, onde pode-se perceber que todo esforço feito até antes da formação do consórcio intermunicipal (no ano de 2017), não foi suficiente para alcançar o objetivo almejado.

A fala das entrevistadas refletem como foi acontecendo a formação e a gestão a partir da criação do consórcio:

Conforme a entrevista 1: mesmo com todo o trabalho e empenho que vinha sendo desenvolvido pela Associação dos Municípios do Extremo sul Catarinense (AMESC) e Agência

de Desenvolvimento Regional (ADS), que iniciou em 2007 e foi até 2012, não foi possível reunir todos os municípios para reuniões de trabalho, para discutir as proposições e desenvolver ações necessárias para elaboração do dossiê para a UNESCO. Perceberam que a dificuldade era porque nem todos os municípios participavam, pois nem todos estavam interessados, “[...] chegam a conclusão que não iria funcionar, porque tinha município que não tinha relevância geológica nenhuma e que eles não estavam realmente interessados”. Em 2014, foi realizada uma nova reunião com os municípios interessados em participar do projeto, e foi explanado que para funcionar de fato era, necessário ter “um consórcio, uma equipe técnica, um sistema de gestão com governança”. E que para participar de verdade não poderia ter vazios entre os municípios, que teria que ser ter um território muito bem delimitado. Dessa reunião ficou definido os municípios que ficariam no projeto, os quais seriam geridos pelo consórcio (são os sete municípios já descritos). A partir daí iniciou-se o processo de reuniões nos municípios, assembleias, participação nas câmaras de vereadores, reuniões com a comunidade local, etc..., porém somente três anos depois o consórcio de fato foi oficializado (03/04/2017).

Com a formalização do consórcio, conforme regimento já apontado neste trabalho, com suas definições, atribuições e estrutura organizacional, foi possível realizar pelo mesmo, a elaboração do dossiê enviado a UNESCO. Vale dizer que para manter o consórcio os municípios contribuem mensalmente com recursos financeiros, para manter a organização. O consórcio deve prestar contas ao tribunal de contas, e deve cumprir com as exigências do tribunal. Por isso a estrutura organizacional apresenta atores como: Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Além da contribuição mensal, cada município deve indicar seus servidores para trabalhar na equipe técnica, com metas e ações.

A entrevistada 2, compartilhou que a Carta de Intenção foi enviada para o Ministério das Relações Exterior e para a UNESCO em junho de 2019, onde demonstra a intenção do território em se tornar um Geoparque Aspirante. Depois disso, o consórcio trabalhou na elaboração do dossiê, que nada mais é que um documento contendo todas as informações exigida nos formulários e modelos de solicitação pela UNESCO, juntamente com fotos, pesquisas, estudos, que comprovam que o território apresenta uma geologia comprovada pelas formações rochosas. Todo o trabalho que vinha sendo já desenvolvido ao longo de todo tempo, desde 2007, como atividades educativas de preservação, capacitações, feiras, trabalhos

envolvendo a comunidade local, foram descritas no dossiê. “[...] para se tornar um Geoparque, é necessário ter uma história”.

Por fim, este modelo de gestão ou mesmo como considerado neste trabalho, a governança realizada para que o dossiê fosse de fato encaminhado foi realizado com sucesso pelos agentes envolvidos e coordenado pelo consórcio. Atualmente o território já é um GEOPARQUE, pois já recebeu a confirmação da UNESCO de Geoparque Aspirante. O que o território segue aguardando é a visita em loco dos avaliadores da UNESCO para finalizar as etapas do processo de autorização do Geoparque Caminho dos Cânions de fato.

Assim o processo de governança na elaboração do dossiê do projeto geoparque caminhos dos cânions do sul, a partir do consórcio municipal, finaliza parte do processo, visto que muito trabalho ainda precisa ser realizado para o desenvolvimento do geoturismo neste território.

CONCLUSÃO

Um Geoparque Mundial da UNESCO utiliza seu patrimônio geológico em associação com outros aspectos do patrimônio natural e cultural do território, para elevar a conscientização e a compreensão dos principais problemas enfrentados pela sociedade, como: o uso dos recursos da Terra de forma sustentável, como a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, como a redução dos impactos de catástrofes naturais. Ao contribuir para a conscientização das pessoas sobre a importância do patrimônio geológico local, e do ponto de vista da história no contexto da sociedade contemporânea, Geoparques Mundiais da UNESCO promovem sentimento de orgulho na população local, ao mesmo tempo que fortalece sua identificação com seu território. À medida que novas fontes de receita são geradas através do geoturismo, áreas contendo recursos geológicos são protegidos, empresas inovadoras são criadas, novos empregos são gerados e cursos de capacitação de elevada qualidade são estimulados a serem implementados.

Os Geoparques Mundiais da UNESCO são gerenciados por uma entidade gestora legalmente reconhecida com base na legislação nacional. Essa entidade deve ser devidamente capaz de fazer a gestão de todo o território e deve incluir todos as autoridades e atores locais e regionais relevantes. Assim, os territórios denominados de Geoparques, também devem ter seu gerenciamento e governança. Portanto, em 2017, o Consórcio Intermunicipal Geoparque

Caminho dos Cânions do Sul, assumiu a governança com o compromisso de responder perante a gestão pública, privada e comunidade local, de maneira transparente, juntamente com toda sua estrutura organizacional a organização e a avaliação do território para tornar-se um Geoparque aspirante (o que já aconteceu em 2019), e posteriormente um Geoparque Mundial da UNESCO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAND, F. C.; FACCIN, K. Métodos de pesquisa em governança de redes: uma revisão de estudos. *Revista de Administração da UNIMEP*, v. 13, n. 2, p. 26-43, 2015
- BRILHA, José. Patrimônio Geológico e Geoconservação: A conservação da natureza na sua vertente geológica. Lisboa: Palimage Editores, 2005.
- BRILHA, J. UNESCO e Programa Internacional Geociências e Geoparques. São Paulo, 2016. Geoparque Caminho dos Cânions do Sul. Acessado pelo site: <https://canionsdosul.org/> em 12 de março de 2021.
- CRUZ DE SOUZA, F.; BORBA, J. A. Governança Corporativa e Remuneração de Executivos: Vista e Revista, vol. 18, núm. 2, 2007
- DINIZ, E. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90". In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995.
- FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? *Revista: Política e Sociedade*. N° 5 – outubro de 2004
- GONÇALVEZ, Alcindo 2005. O CONCEITO DE GOVERNANÇA Trabalho apresentado no XIV Congresso Nacional do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – Fortaleza, 2005
- HALLQVIST, B. Código das melhores práticas de governança corporativa — o conselho de administração. **RAUSP Management Journal**, v. 35, n. 2, p. 72-76, 2000.
- KOOIMAN, J. Governance. A social-political perspective. In: GROTE, J. R. e GBIKPI B. (Eds.). *Participatory governance. Political and societal implications*. Opladen: Leske e Budrich, 2002.
- MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.
- MOREIRA, J. C. Patrimônio Geológico em Unidades de Conservação: atividades interpretativas, educativas e geoturística. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- REGIMENTO INTERNO Geoparque Caminho dos Cânions do Sul, 2019.
- ROSENAU, J. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial". In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- RUCHKYS, U.A. Geoparques e a Musealização do Território: um Estudo Sobre o Quadrilátero Ferrífero. *Revista do Instituto de Geociências - USP*, São Paulo, v. 5, p. 35-46, 2009.

- SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C.R. Geoparques do Brasil: Propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012.
- SCHOBENHAUS, C; SILVA, C. R. O papel indutor do serviço geológico do Brasil na criação de geoparques. Brasília: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2010.
- SCHOBENHAUS, Carlos. Projeto Geoparques: proposta. Brasília: Serviço Geológico do Brasil-CPRM, 2006.
- SOUZA, A. O., MACHADO, M. C., VIVALDI, M. Instrumentos de governança e qualidade das informações: uma análise teórica em rede de suprimentos. Ci.Inf., Brasília, DF, v.48 n.3, p.131-154, 2019.
- STOKER, G. Urban political science and the challenge of urban governance. In: PIERRE, J. (Ed.). Debating governance: authority, steering and democracy. New York: Oxford University Press, 2000, p. 91-109.
- SUNG, C. L. Construção social de prevenção, mitigação e proteção frente a eventos climáticos extremos com atores locais: uma experiência no município de Araranguá/SC. 2016.
- SUNG, C. L. et al,. O processo de governança na construção do Projeto de Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – Brasil. Caderno de Geografia, v.29, n.59, 2019
- UNESCO:<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/>. Acessado em 15 de março 2021.